



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Anexo 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 140/2018

PODER EXECUTIVO

DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Item	Descrição	Página
1	Ofício assinado pelo Gestor da entidade encaminhando a Prestação de Contas e informando, caso existam, as entidades da Administração Indireta do Município que prestam contas individualmente, a participação societária nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. (Modelo 1)	04
2	Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná. Obs.: Deverá ser emitida a Certidão Restrita (não emitir a Certidão Pública). www.crcpr.org.br - certidão de regularidade – acesso restrito ao cadastro do CRC – profissional.	05
3	3.1 Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017 emitido pelo sistema de contabilidade, assinado pelo Contabilista responsável devidamente identificado e estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN – 7ª Edição) e na NBC T 16.6 (CFC), contendo: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro; e e. Notas explicativas. 3.2 Digitalização, em formato legível, da publicação do Balanço Patrimonial de acordo com o item 3.1, contendo a data e o nome do jornal.	06 – 17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

4	Relatório do Controle Interno atestando o fiel cumprimento das exigências contidas no artigo 74 da Constituição Federal relativamente ao exercício da prestação de contas, assinado pelo responsável cadastrado no Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas para o respectivo período. (Modelo 2)	18 – 91
5	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do Município, emitido pelo Ministério da Previdência Social – MPS, com validade na data de 31/12/2017.	92
6	Cópia da lei que formaliza a opção escolhida para equacionamento do déficit atuarial. Caso tenha sido editado um decreto, deverá estar acompanhado da lei que autorizou a atualização por meio de decreto.	93
7	Cópia digitalizada das publicações do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, cujos prazos para publicação encerraram-se no exercício de 2017, ou seja, aquelas relativas ao 6º bimestre do exercício de 2016 e ao 1º a 5º bimestres do exercício de 2017, em formato legível, contendo a data e o nome do jornal (art. 34, II, "a" da IN nº 89/2013-TCEPR). Obs.: No caso de ausência de publicação do Demonstrativo Simplificado em todos os bimestres, necessário encaminhar as publicações de todos os anexos exigidos pela legislação específica.	94-362
8	Cópia digitalizada das publicações do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, cujos prazos para publicação encerraram-se no exercício de 2017, ou seja, aquelas relativas ao 2º semestre/3º quadrimestre do exercício de 2016 e 1º semestre ou 1º e 2º quadrimestres do exercício de 2017, em formato legível, contendo a data e o nome do jornal (art. 34, II, "b" da IN nº 89/2013-TCEPR). Obs.: No caso de ausência de publicação do Demonstrativo Simplificado, necessário encaminhar as publicações de todos os anexos exigidos pela legislação específica.	94-362
9	Cópia digitalizada das publicações do edital de convocação para Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos prazos para realização encerraram-se no exercício de 2017, ou seja, aquelas relativas ao 3º quadrimestre do exercício de 2016 e aos 1º e 2º quadrimestres do exercício de 2017, em formato legível, contendo a data e o nome do jornal (art. 36 da IN nº 89/2013-TCEPR).	363-389



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

10	Cópia digitalizada das atas e/ou pareceres pertinentes à Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias cujos prazos para realização encerraram-se no exercício de 2017, ou seja, aquelas relativas ao 3º quadrimestre do exercício de 2016 e aos 1º e 2º quadrimestres do exercício de 2017, em formato legível (art. 36 da IN nº 89/2013-TCEPR). Obs.: Necessário anexar para cada ata/parecer a lista de presença dos participantes.	363-389
11	Parcelamento de Precatório – Dirceu Gonçalves e Maria de Lourdes Setelatto Gonçalves	390-402